

SUMÁRIO

Introdução.....	19
Capítulo 01 – Direito Processual Administrativo como disciplina autônoma	21
1 Primeiras palavras	21
1.1 A disciplina nos cursos de Direito, segundo determinação do Ministério da Educação	24
2 O ato administrativo e as leis do processo administrativo	24
3 Conceito e definição de Direito Processual Administrativo.....	27
4 Conceito e definição de processo administrativo.....	27
5 Objetivo do processo administrativo.....	29
6 Independência das instâncias penal, administrativa e civil.....	31
Capítulo 02 – Espécies e classificação dos processos administrativos.....	35
1 Espécies de processos administrativos	35
2 A não contenciosidade no processo administrativo	37
3 Classificação dos processos administrativos	39
3.1 A classificação de José Cretella Júnior	39
3.2 A classificação de Nelson Nery Costa	41
3.3 A classificação de Hely Lopes Meirelles	42
3.4 A classificação de Odete Medauar	43
3.5 A classificação de Diógenes Gasparini	44
3.6 A classificação de Diogo de Figueiredo Moreira Neto	45
3.7 A posição de Antônio Augusto Queiroz Telles.....	47
Capítulo 03 – Atos administrativos do processo administrativo	49
1 Primeiras palavras	49
2 Classificação dos atos administrativos	51
2.1 Atos eficazes quanto ao local	52

2.2	Atos eficazes quanto à liberdade de ação	53
2.3	Atos eficazes quanto ao procedimento	54
2.4	Atos eficazes quanto à sua constituição	55
3	Outras classificações dos atos administrativos	58
Capítulo 04 – Princípios constitucionais da Administração Pública.....		59
1	Primeiras palavras.....	59
2	Princípio da legalidade.....	62
3	Princípio da impessoalidade.....	63
4	Princípio da moralidade administrativa.....	64
5	Princípio da publicidade	65
6	Princípio da eficiência	68
7	Princípio da isonomia	70
8	Princípio do juízo natural.....	71
9	Princípio da probidade administrativa.....	72
10	Princípio do acesso universal ao Poder Judiciário	75
11	Princípio da ampla defesa	78
12	Princípio do contraditório	81
13	Princípio da responsabilidade objetiva do Estado.....	82
14	Princípio do devido processo legal.....	83
Capítulo 05 – Princípios do processo administrativo		85
1	Primeiras palavras.....	85
1.1	A Lei 9.784/99 como aplicadora dos princípios da Administração Pública.....	86
2	Os princípios aplicados aos processos administrativos.....	87
2.1	Princípios aplicados aos processos administrativos que têm ligação imediata com os princípios constitucionais	88
2.1.1	Princípio da razoabilidade.....	88
2.1.2	Princípio da proporcionalidade	91
2.1.3	Princípio da segurança jurídica	91
2.1.4	Princípio da indisponibilidade do interesse público	94
2.1.5	Princípio da supremacia do interesse público sobre o particular	96
2.1.6	Princípio da motivação.....	97
2.2	Princípios com características infraconstitucionais aplicados aos processos administrativos.....	99
2.2.1	Princípio da insindicabilidade do mérito do ato administrativo	99

2.2.2	Princípio da oficialidade	103
2.2.3	Princípio da finalidade	106
2.2.4	Princípio da informalidade	107
2.2.5	Princípio da verdade material.....	108

Capítulo 06 – As fases do processo administrativo federal geral111

1	Primeiras palavras	111
2	As fases do processo administrativo federal geral	113

Capítulo 07 – Considerações gerais acerca do processo administrativo federal geral115

1	Primeiras palavras	115
2	A Lei 9.784, de 29.01.1999.....	116
3	As disposições gerais.....	116
3.1	Os integrantes do processo administrativo	117
3.2	Os princípios do processo administrativo	118
3.3	Dos direitos dos interessados	122
3.4	Os deveres dos interessados	125
3.5	Anulação e revogação do ato administrativo em processo administrativo	125
3.6	Convalidação do ato administrativo em processo administrativo ...	127
3.7	Os prazos.....	128
3.8	Processo administrativo especial somente se previsto em lei.....	129
3.9	Últimas das considerações iniciais.....	130

Capítulo 08 – Instauração do processo administrativo federal geral.....133

1	Primeiras palavras	133
2	A instauração do processo administrativo	133
3	Legitimação para abertura de processo administrativo	134
4	A abertura do processo	135
5	Perante quem se dá a abertura do processo	137
6	O litisconsórcio.....	138
6.1	A representação processual	139

Capítulo 09 – Instrução do processo administrativo federal geral141

1	Primeiras palavras	141
1.1	A divisão do presente capítulo	142
2	A forma, tempo e lugar dos atos do processo	142
3	A competência para a instrução do processo	145
4	Impedimento e suspeição de quem atua no processo administrativo ...	146

5	O direito à ampla defesa e ao contraditório	148
6	A instrução do feito administrativo	149
6.1	A comunicação dos atos	150
6.2	Os atos meramente ordinatórios	152
6.3	As provas no processo	154
6.4	A consulta pública e a figura equivalente ao <i>amicus curiae</i>	156
6.5	A audiência pública e outros meios.....	158
6.6	O encerramento da fase instrutória.....	159
Capítulo 10 – Decisão no processo administrativo federal geral.....		161
1	Primeiras palavras.....	161
2	O dever de decidir.....	162
3	A motivação como princípio intransponível.....	162
4	A decisão	166
5	Situações que obstam a decisão administrativa	166
Capítulo 11 – Recursos no processo administrativo federal geral.....		169
1	Primeiras palavras.....	169
2	As instâncias do processo administrativo	171
3	Recurso administrativo e suas espécies	172
3.1	As exceções de impedimento e de suspeição	173
3.2	Pedido de reconsideração	175
3.3	Retratação.....	177
3.4	Representação	178
3.5	Reclamação	178
3.6	Pedido de reexame dirigido à autoridade superior	179
4	Recurso administrativo propriamente dito.....	179
4.1	Legitimidade para recorrer	179
4.2	A petição de recurso e o efeito	181
4.3	A quem o recurso é dirigido	182
4.4	Ainda as súmulas vinculantes.....	183
4.5	Prazos na fase recursal	185
4.5.1	Privilegio de prazo em favor de alguns interessados.....	186
4.6	O julgamento do recurso administrativo	187
4.6.1	A improcedência do recurso.....	188
4.7	A revisão	189
5	O recurso judicial.....	190
Capítulo 12 – Processo disciplinar administrativo		191
1	Primeiras palavras.....	192

2	Visão geral sobre o processo disciplinar administrativo federal	193
2.1	A cumulatividade das penalidades	194
3	Deveres e proibições que, descumpridos, ensejam correção disciplinar... 195	
4	As penalidades	196
4.1	Advertência	197
4.2	Suspensão	198
4.3	Demissão	199
4.4	Destituição de cargo em comissão	201
4.5	Destituição de função comissionada	202
4.5.1	Penas adicionais aos servidores demitidos e destituídos de cargo em comissão e de função comissionada	204
4.6	Cassação de aposentadoria	205
4.7	Cassação da inatividade (disponibilidade)	205
4.8	A aplicação e a decadência das penalidades.....	206
5	Disposições preliminares sobre o processo disciplinar administrativo	208
5.1	A sindicância	208
5.2	Os integrantes da comissão de sindicância e do processo disciplinar administrativo	212
5.2.1	Reflexos da legislação federal e dos princípios constitucionais nas legislações estaduais e municipais.....	214
5.3	O processo disciplinar administrativo propriamente dito.....	215
5.3.1	O acompanhamento por advogado	216
5.3.2	A prova testemunhal e o depoimento do acusado	219
5.3.3	Da citação e da revelia	220
5.3.4	O relatório	222
5.4	O julgamento	223
5.5	Considerações adicionais ao ato do julgamento	224
5.6	A revisão do processo administrativo disciplinar.....	224
6	O processo disciplinar administrativo para apurar acumulação ilegal de cargos	226
6.1	O processo disciplinar administrativo para apurar inassiduidade habitual.....	228

Capítulo 13 – Processo administrativo fiscal, com destaque para o processo administrativo previdenciário

1	Primeiras palavras	229
2	Como era o processo administrativo previdenciário fiscal	231
3	A criação da super-receita.....	232
4	As configurações da Lei 11.457, de 16.03.2007.....	233

5	O processo administrativo previdenciário fiscal.....	236
5.1	A intimação	237
5.2	A impugnação	238
5.3	A instrução	240
5.4	A decisão em primeira instância.....	241
5.5	O recurso à segunda seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).....	244
5.6	O recurso especial para a Câmara Superior de Recursos Fiscais ...	247
5.7	As previsões legais de prazos processuais.....	248
5.8	A eficácia das decisões.....	250
5.9	O recurso ao Poder Judiciário	251
5.10	A quem dirigir petições na área previdenciária fiscal	251
6	O processo de consulta	252
6.1	A característica de lei material	254
6.2	A consulta na Lei 9.430, de 27.12.1996	254
6.3	A consulta no Decreto 70.235, de 06.03.1972.....	256
6.3.1	A formação do processo de consulta.....	257
6.3.2	A declaração de ineficácia da consulta.....	258
6.3.3	O julgamento da consulta formulada por pessoa natural ou jurídica de direito privado	259
6.3.4	O julgamento da consulta formulada por entidade de classe ou pessoa jurídica de direito público	260
6.3.5	O julgamento em segunda instância	260
6.4	Eficácia da solução da consulta.....	261
Capítulo 14 – Processo administrativo na Lei de Defesa da Concorrência...		263
1	Primeiras palavras.....	263
2	Considerações iniciais sobre o processo administrativo na Lei de Defesa da Concorrência	265
3	As infrações da ordem econômica.....	268
4	A sindicância	272
5	A instauração e a instrução do processo administrativo.....	274
6	O julgamento do processo administrativo pelo CADE	279
7	Recurso ao Poder Judiciário.....	280
Capítulo 15 – Princípios do processo administrativo nas licitações		283
1	Primeiras palavras.....	283
2	Princípios do processo administrativo licitatório.....	284
2.1	Princípio da igualdade na participação em licitações	286

2.1.1	Privilégios para produtos manufaturados e serviços nacionais	286
2.2	Princípios presentes no <i>caput</i> do art. 37 da Constituição Federal ...	289
2.2.1	Princípio da publicidade	290
2.2.2	Princípio da probidade administrativa	291
2.2.3	Princípio da isonomia	291
2.3	Princípio da competitividade	292
2.4	Princípio da vantajosidade	294
2.5	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	296
2.6	Princípio do julgamento objetivo	296
2.7	Princípio da vinculação dos atos processuais	296
2.8	Princípio da sigilosidade na apresentação de propostas	298
2.9	Princípio da adjudicação compulsória ao vencedor	299
2.10	Princípio da indisponibilidade do interesse público	301
3	Remessa aos demais estudos	302

Capítulo 16 – Processo administrativo nas licitações303

1	Conceitos e definições	303
1.1	O porquê da licitação	304
1.2	Os crimes no processo administrativo das licitações	305
1.3	As punições administrativas	308
2	O processo administrativo das licitações	308
2.1	A comissão licitante	311
2.2	O procedimento licitatório	313
2.2.1	O edital	315
2.2.2	Os tipos de licitação	318
2.2.3	A abertura dos envelopes	320
2.2.4	O julgamento das propostas	321
2.2.4.1	A desclassificação das propostas	323
2.2.5	A revogação e a anulação da licitação	325
2.3	O concurso público	326
3	A licitação por pregão	327
3.1	O pregão presencial	329
3.1.1	O aviso e o edital como fases de convocação dos interessados	330
3.1.2	A audiência para abertura dos envelopes e a voz ativa das pessoas	331
3.1.3	Sanções adicionais	333
3.2	O pregão eletrônico	334

3.2.1	O pregão eletrônico no âmbito da Administração Pública federal.....	334
Capítulo 17 – A microempresa e a empresa de pequeno porte nas licitações..		339
1	Primeiras palavras.....	339
2	A proteção à microempresa e à empresa de pequeno porte.....	341
3	A documentação privilegiada da microempresa e da empresa de pequeno porte que querem participar de licitações.....	343
3.1	Primeiro privilégio	343
3.2	Segundo privilégio	345
3.3	Terceiro privilégio.....	346
4	A inovação da Lei Complementar 123, de 2006.....	348
Capítulo 18 – Processo Administrativo especial para aplicação de penalidades de trânsito.....		349
1	Primeiras palavras.....	349
2	Competência e definições	350
3	Autuação.....	352
4	Julgamento da autuação e notificação	353
5	A comunicação nas diversas fases processuais.....	353
6	O desconto para pagamento sem recurso.....	356
7	A legitimação para aviar os recursos.....	356
8	O recurso administrativo em primeira instância	357
9	O recurso administrativo em segunda instância.....	359
Referências.....		361
Índice Alfabético e Remissivo.....		363
Índice Onomástico.....		383